

Educação do campo e o controverso movimento nacional de educação do campo

Elias Canuto BRANDÃO¹

Resumo

O estudo discute a Educação do Campo e o intitulado e controverso “Movimento Nacional de Educação do Campo”. O objeto de estudo são duas publicações de Antonio Munarim divulgadas em 2008, a primeira na Revista Educação, de Santa Maria-RS, e a segunda no “GT 3: Movimentos sociais e educação”, na 31ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu-MG. Objetiva analisar se o intitulado “Movimento Nacional de Educação do Campo” existiu, vez que entre 2008 e 2020, artigos, capítulos de livros, monografias, dissertações e teses foram publicadas online tratando do referido “movimento Nacional”, e justifica-se para compreender sua existência ou não. A pesquisa foi bibliográfica, com um olhar crítico analítico e o resultado da pesquisa é de que, do ponto vista histórico, não existiu o intitulado “Movimento Nacional de Educação do Campo”, mas uma série de movimentações sociais em defesa de uma Educação do e no Campo. Conclui-se que as movimentações foram em nível nacional, por meio de encontros, conferências, seminários e fóruns, a exemplo do I Encontro das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária e a 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo”, lutando por uma Educação do e no Campo, crítica, participativa, questionadora, conscientizadora e transformadora.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentações sociais no campo. Movimento Nacional de Educação do Campo.

¹ Doutor em Sociologia. Docente do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – Campus de Paranavaí-PR). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC-UNESPAR-CNPQ). Membro da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (APEC-PR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3337-7694>. E-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com.

Rural education and the controversial National Rural Education Movement

Elias Canuto BRANDÃO

Abstract

The study discusses Rural Education and the controversial “National Rural Education Movement”. The object of study are two publications by Antonio Munarim published in 2008, the first in *Revista Educação*, from Santa Maria-RS, and the second in “GT 3: Social movements and education”, at the 31st Annual Meeting of ANPEd, in Caxambu-MG. It aims to analyze whether the so-called “National Rural Education Movement” existed, since between 2008 and 2020, articles, book chapters, monographs, dissertations and theses were published online dealing with the aforementioned “National movement”, and it is justified to understand its existence or not. The research was bibliographical, with a critical analytical look and the result of the research is that, from a historical point of view, there was no so-called “National Rural Education Movement”, but a series of social movements in defense of rural education in rural areas. It is concluded that the movements were at a national level, through meetings, conferences, seminars and forums, such as the 1st Meeting of Agrarian Reform Educators and the 1st National Conference for Basic Rural Education, fighting for a rural, critical, participatory, questioning, awareness-raising and transformative education in rural areas.

Keywords: Rural education. Rural social movements. Nacional Rural Education Movement.

La educación del campo y el controvertido movimiento nacional de educación del campo

Elias Canuto BRANDÃO

Resumen

El estudio aborda la Educación del Campo y el titulado y controvertido “Movimiento Nacional de Educación del Campo”. El objeto de estudio son dos publicaciones de Antonio Munarim divulgadas en 2008, la primera en la Revista Educação, de Santa Maria/Rio Grande do Sul, y la segunda en “GT 3: Movimientos sociales y educación”, en la 31ª Reunión Anual de la ANPEd, en Caxambu/Minas Gerais. El objetivo es analizar si existió el denominado “Movimiento Nacional de Educación del Campo”, ya que entre 2008 y 2020 se publicaron artículos, capítulos de libros, monografías, disertaciones y tesis que tratan sobre el referido “Movimiento Nacional”, y se justifica para entender su existencia o no. La investigación fue bibliográfica, con una mirada analítica crítica y el resultado de la investigación es que, desde el punto de vista histórico, no existió el “Movimiento Nacional de Educación del Campo”, sino una serie de movimientos sociales en defensa del y en el Campo. Se concluye que los movimientos fueron a nivel nacional, a través de encuentros, congresos, seminarios y foros, como el 1er Encuentro de Educadoras y Educadores de la Reforma Agraria y el 1er Congreso Nacional por una Educación Básica del Campo”, luchando por una Educación del y en el Campo, crítica, participativa, cuestionadora, consciente y transformadora.

Palabras clave: Educación del Campo. Los movimientos sociales en el campo. Movimiento Nacional de Educación Rural.

Introdução

É preciso superar, pois, a armadilha de considerar a EdoC como uma entidade ou mesmo uma organização ou um movimento social em si mesma, uma espécie de estágio superior a que deve chegar cada grupo particular que nela se associa e, pior ainda, confundi-la ou tentar convertê-la em um ideário (formal, abstrato) a que se pode simplesmente seguir (ou querer combater ou alterar), descolando-a do seu sentido material originário de associação de lutas e de práticas. Porque isso tira justamente a parte principal de sua novidade histórica, à medida que a desloca dos sujeitos coletivos das lutas concretas que a constituem como é (CALDART, 2016, p. 351).

A Educação do Campo (EdoC) tornou-se um campo de estudo e discussão que perpassa as militâncias dos movimentos sociais do campo, as academias, grupos de pesquisa e disciplinas. Como Alerta Caldart (2016, p. 351), para o feito: “É preciso superar [...] a armadilha de considerar a EdoC como uma entidade ou [...] organização ou um movimento social em si mesma [...]”.

Na direção de superação, o estudo objetiva discutir o intitulado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*”, buscando entender se de fato existiu, sem adentrar as políticas públicas para a Educação do Campo, objeto de pesquisas subsequentes. Como objetivos específicos visou: a) compreender a Educação do Campo e sua terminologia, evidenciando que a mesma é fruto do conhecimento acumulado das educadoras e educadores da Reforma Agrária, não devendo a terminologia ser manipulada pelos governos municipais, estaduais e federal e; b) analisar duas publicações de Antonio Munarim, de 2008, a primeira na Revista Educação, de Santa Maria-RS, e a segunda no “GT 3: Movimentos sociais e educação”, na 31ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu, MG.

O estudo foi qualitativo, de caráter bibliográfico, ancorando na literatura sobre a temática “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” publicizado em 2008 por meio de dois artigos de autoria de Antonio Munarim, intitulados de “*Trajatória do movimento nacional de educação do campo no Brasil*” e “*Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção*”.

A partir daquele ano, mais de 40 produções – artigos, capítulos de livros, monografias, dissertações e teses – utilizaram a denominação “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” ou se referiram direta ou indiretamente a ele enquanto “*movimento*”, indicando Munarim (2008a e b) como protagonista. Desta forma, visando compreender o suposto “movimento”, realizou-se um recorte sobre aproximadamente 20 produções, buscando identificar e discutir o que tem sido divulgado como “*Movimento Nacional de Educação do Campo*”.

A Educação do Campo e sua terminologia

Na atualidade, a terminologia Educação do Campo tem proporcionado nome a nomenclaturas de escolas municipais e estaduais Brasil adentro, à Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, Articulações Estaduais, assim como ao Fórum Nacional e ao divulgado e controverso “*Movimento Nacional de Educação do Campo*”.

A terminologia Educação do Campo é recente, data do final da década de 1990 e é uma construção histórica, iniciada no final da década de 1970, no decorrer do regime militar. Para melhor compreender o contexto histórico, dar-se-á um salto a 1500, quando o Brasil foi invadido pelos portugueses, no dia 22 de abril, momento em que o intitulado Brasil foi esquetejado em Capitãrias hereditãrias e em seguida, em Sesmãrias, quando os mais fracos, pobres, indígenas e negros foram excluídos do sistema distributivo das terras, ficando sem acesso e qualquer direito. Os séculos que se sucederam no Brasil Colônia, Império e República foram de exclusão social, política, econômica e cultural. Frei Betto, ao introduzir o livro “*Construindo o caminho – Movimento Sem Terra*” afirmou que a luta

[...] teve início quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500. Primeiro, a tentativa de escravizar os índios, para que eles servissem de mão-de-obra capaz de arrancar, a ferro e fogo, os cabelos, os olhos, a boca, os membros e o coração da natureza.

[...] depois, vieram os negros. Como animais, trazidos da África, para plantar e colher. Chegaram três milhões e quinhentos mil. Adubaram com sangue o nosso solo. Do ventre da terra, extraíram o metal dourado que Portugal entregava à Inglaterra (MST, 1986, p. 6).

É esse Brasil que em 1979 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começa a reocupar. Brasil marcado por grandes concentrações de terras e por uma política econômica e agrícola que estrangulava os pequenos proprietários no campo. Foweraker (1981, p. 43) diz que “Os grandes proprietários e grandes companhias afirmam seus ‘direitos’ sobre a terra contra as reivindicações dos camponeses, tentam apropriar-se das terras por esses já ocupadas”.

Relembra-se ao leitor que as políticas econômicas de estrangulamento foram consolidadas com o golpe militar-civil em 31 de março de 1964, empobrecendo o Brasil e o endividando junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, favorecendo os grandes latifundiários, os grandes empresários e banqueiros.

É neste momento de estrangulamento, empobrecimento e endividamento sobre milhões de trabalhadores excluídos de suas terras, expulsos para as periferias das cidades desestruturadas que os sem-terra realizam a primeira ocupação no Rio Grande do Sul e Paraná, em 1979.

Educação do campo e o controverso movimento nacional de educação do campo

Destaca-se que antes da primeira ocupação ocorreram movimentações diversas: luta em Canudos-BA (1870-1897), Contestado-PR (1912-1916), Cangaço - Nordeste brasileiro (1917-1938), Posses de Teófilo Otoni-MG (1945-1948), Porecatu-PR (1946-1950), Ligas Camponesas - Nordeste brasileiro (1945-1964) entre outras no Maranhão, Goiás, Paraná, São Paulo (MST, 1986), culminando no drástico golpe militar civil de 1964.

Historicamente as lutas não param. Algumas vezes são sufocadas, mas se reorganizam como ocorreu no decorrer do regime militar civil, em 1979, com a ocupação no Rio Grande do Sul “das fazendas Macali e Brilhante”, e no Paraná, com “a luta dos agricultores que perderam a terra com a construção da Barragem de Itaipu” (MST, 1986, p. 42), fortalecendo-se em 1980 com ocupações em Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul. As movimentações e ocupações culminaram no “Encontro Nacional dos Sem Terra, onde o Movimento se consolidou e tirou aí os princípios do Movimento” (MST, 1986, p. 43).

A Educação do Campo que se estuda, discute e analisa é fruto das históricas ocupações de terras e das necessidades das crianças acampadas e assentadas em estudar. É fruto do conhecimento acumulado das educadoras e educadores da Reforma Agrária e no jeito de ensinar as crianças, jovens e adultos levando em consideração o contexto social, político e cultural, utilizando materiais disponíveis na área acampada, como as mãos, a fala, os gestos, a cara, a coragem e a sabedoria Freiriana, debaixo de lona ou árvore, sem escola construída, sem caderno ou lápis, sem cadeiras e carteiras, sem estruturas sociais, políticas e econômicas, mas com vontade de aprender e apreender.

A Educação do Campo que se estuda, pesquisa e se analisa nas universidades, e que governos municipais, estaduais e federal procuram manipular a terminologia, passando a impressão de que seja deles, surgiu a partir das práticas educativas do MST em seus primeiros 20 anos de organização, nas escolas itinerantes e emergenciais, nos acampamentos e assentamentos entre 1979 e 1998. Como diz Caldart, “A EdoC nasceu desde o polo do trabalho, dos camponeses, de um projeto de campo que represente o futuro da humanidade: isso é inegociável!” (CALDART, 2016, pp. 355-356), e como também afirmou em publicação anterior, é

[...] uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2008, p. 27).

Antes de surgir a Educação do Campo, o que havia era educação rural. Esta era uma educação convencional, negacionista, liberal, capitalista, de direita, atrasada e excludente, extensão da educação ensinada nas cidades. A educação rural/urbana, desde a implantação do sistema educacional

pelos Jesuítas, em 1549, o que fez foi ensinar a partir dos interesses dos dominadores, ensinando crianças, jovens e adultos a não pensar, questionar, enxergar. Como diz Nunes (2021, p. 13 – destaque do autor), “*Educação para as Elites e Catequese para o Povo*”.

Esse modelo excludente rural dá-se desde o Brasil Colônia, passando pelo Império e República e chegando no século XXI – 2022 – com um ensino liberal, com o olhar e interesses de controle do conhecimento, da consciência, buscando dominar, manipular a história e os acontecimentos históricos, assim como manipular a consciência social e política das crianças, jovens e adultos pela forma e metodologia no ato de educar, ou seja, de ensinar – educação bancária –, reprodutora de conteúdos pré-determinados pela elite educacional, reproduzida nas escolas urbanas e rurais, sem espaço para diálogo e inserção de novos conhecimentos, acontecimentos, fatos e dados, tentando transformar as escolas em “quartéis” – escolas militares.

O modelo rural liberal é historicamente conhecido. É consequência desse capitalismo selvagem que desde o século XVIII menospreza o pobre, o trabalhador, resultando em milhões abaixo da linha da pobreza, nas ruas e favelas, quando poucos concentram a riqueza, terras, fábricas e conhecimento.

Já o embrião da Educação do Campo começa nas práticas de ensino das educadoras e educadores nos assentamentos e acampamentos. As práticas educativas foram dialeticamente discutidas, analisadas, repensadas e replanejadas no decorrer do “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA)”, em julho de 1997, em Brasília-DF. Dos desafios do I ENERA, começou-se o processo de organização da “I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo”. Esta foi realizada no ano seguinte, em julho de 1998. Daquele ano em diante, como disse Caldart,

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda. Em nosso debate, isto tem sido referido como a principal oposição com a educação rural ou para o meio rural, que historicamente tem sido o nome dado às iniciativas do Estado de pensar a educação da população trabalhadora do campo, de modo a escamotear esta contradição e fazê-la de objeto e instrumento executor de políticas e de modelos de agricultura pensados em outros lugares, e para atender a outros interesses que não os seus, como grupo social, como classe, como pessoas (CALDART, 2008, p. 24-25).

Muito tem sido publicado a respeito da Educação do Campo (EdoC). Dos que publicam, muitos são pesquisadores ou militantes, outros simpatizantes, e outros escrevem por orientação de trabalhos de conclusão de curso (TCC) ou por estarem desenvolvendo pesquisa de iniciação científica (PIC).

Destes últimos, parte considerável não tem conhecimento de causa e nem da causa. Passam a conhecer a EdoC, o MST e outras formas de organizações sociais do campo por meio das pesquisas bibliográficas, da iniciação científica e TCCs, monografias, dissertações ou teses, resultando em trabalhos com fragilidades e dubiedade na descrição do que é a EdoC.

Em uma publicação em 2016, Caldart demonstra preocupação a respeito das disputas sobre a EdoC. Estaria clamando por paz na terra? Antecipava preocupação com as terminologias que surgiam sobre a EdoC?

Parecia pairar no ar disputas por nomenclaturas e receio da divisão interna por denominação da EdoC, do “movimento”, da “articulação” ou do “fórum”.

O divulgado “Movimento Nacional de Educação do Campo”

O divulgado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” ocorre por meio de duas publicações no ano de 2008, de Antonio Munarim. Primeira publicação: “*Trajatória do movimento nacional de educação do campo no Brasil*”, publicado na Revista Educação, de Santa Maria-RS, de 2008 (MUNARIM, 2008a). Segunda, publicada no “GT 3: Movimentos sociais e educação”, na 31ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu, MG, em outubro de 2008, intitulada de “*Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção*” (MUNARIM, 2008b). De 2009 adiante, outros pesquisadores o citaram ou afirmaram a existência do denominado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” ou “*Movimento de Educação do Campo*”, no entanto, raros autores reproduziram o nome sem afirmar a existência.

Intrigado sobre a existência, o autor desse artigo fez questionamentos: O divulgado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” de fato existiu? Caso tenha existido, como se consolidou?

Para este texto, metodologicamente foi optado por um estudo teórico bibliográfico, de análise de duas publicações de Munarim, com um olhar específico para aproximadamente 20 publicações que se referiam ao controverso “Movimento Nacional”, analisando-as por trás das linhas. De imediato, foi constatado que o divulgado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” ou “*Movimento de Educação do Campo*” não foram taxativamente afirmados ou confirmados por Munarim e pelos demais autores após 2009. O próprio Munarim (2008a e b) é dúbio ao pontuar o que ele intitula de “*Movimento Nacional de Educação do Campo*”.

Poucos autores afirmaram a existência do “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” e quando afirmam, o fazem a partir do que Munarim (2008a e b) divulgou e não por conhecimento de

causa ou a partir de estudos e análises de documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo. Assim, analisar-se-á os textos com um olhar ao que Caldart antecipou em 2005, reimpresso em 2008, de que

O movimento inicial da Educação do Campo foi o de uma articulação política de organizações e entidades para denúncia e luta por políticas públicas de educação no campo, e para mobilização popular em torno de um outro projeto de desenvolvimento (CALDART, 2008, p. 25).

É como se estivesse antecipando sobre o que deveria ser a preocupação e luta, por “políticas públicas de educação no campo”, evitando-se o risco de divisão na luta social e política. Quando se reporta a um “movimento inicial da Educação do Campo”, não entende ser um novo “movimento”, mas movimentação social e política realizada por aqueles que não coadunam com esse modelo de agronegócio, com a concentração da terra, da indústria e do capital junto a poucas pessoas.

O texto intitulado “*Trajatória do movimento nacional de educação do campo no Brasil*” (MUNARIM, 2008a), enuncia nas duas primeiras linhas o que tratará, quando antecipa: “Sei que não deixa de ser arriscado afirmar que existe um *Movimento Nacional de Educação do Campo no Brasil*”. Registra na terceira e quarta linha que “um movimento orgânico – com certeza ainda não existe”, mas diz que: “[...] todavia, sinais de um movimento nascente, de conteúdo político e pedagógico, que vem sendo construído por determinados sujeitos coletivos ligados diretamente às questões agrárias” (MUNARIM, 2008a, p. 58).

Se os autores posteriores tivessem lido, relido, analisado e interpretado o primeiro parágrafo do primeiro texto de Munarim (2008a), certamente não se reportariam ou afirmariam a existência do denominado “*movimento nacional de educação do campo*”, pois o próprio autor não o afirma, pois na quarta linha deixa claro que “com certeza ainda não existe”.

Pelo enunciado nas primeiras linhas das duas publicações (MUNARIM, 2008a e b), o autor tinha ciência da não existência de um “*movimento nacional de educação do campo*” (MUNARIM, 2008a e b), mas assim mesmo, publicou dois artigos. Uma questão me faz pensar: publicou devido a pressões dos órgãos de fomentos qualis de que há necessidade de produção científica, vez que quem está na academia vale o quanto produz e publica, sobretudo aquele que faz parte de Programa de Pós-graduação?

Posto este adendo provocativo, retoma-se ao divulgado “*movimento nacional*”. Na parte inicial do primeiro texto, o autor reporta-se aos sujeitos das “organizações e movimentos sociais populares do campo” (MUNARIM, 2008a, p. 58) que se movimentavam nacionalmente, analisando a movimentação como possível “*Movimento Nacional de Educação do Campo no Brasil*”, observando

tratar-se “de um movimento social que começa a ganhar contorno nacional, tendo por mira as políticas públicas” (MUNARIM, 2008a, p. 58) e dá uma dica de estar realizando uma “reflexão teórica” e não uma afirmação.

Diz ele: “Proponho, para efeito político certamente não desinteressado, mas principalmente para efeito de **reflexão teórica, perceber a existência**, ainda que inicial, de um “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” no Brasil” (MUNARIM, 2008a, p. 58 – Grifo nosso). Para o feito, o autor traça “elementos” para sustentar o que chama de “trama” (MUNARIM, 2008a, p. 58) e observa o “meados da década de 1990” como “o momento histórico em que começou a nascer **o que estou chamando de Movimento de Educação do Campo no Brasil**” (MUNARIM, 2008a, p. 59 – grifo nosso), recorrendo às movimentações da década de 1990 para sustentar a discussão das publicações (MUNARIM, 2008a, 2008b), e concordo com Munarim (2008a, p. 59) quando diz que “Um conjunto de razões pode ser evocado para justificar essa demarcação de início de período para a educação do Campo”.

Nesta direção, Leineker e Abreu (2012, p. 4) destacam que “Os anos 1990 foram responsáveis por trazer à tona a política referente à oferta de educação ‘para todos’”, e como a educação era “para todos”, os povos do campo estavam entre esses “*todos*” que se movimentaram em nível nacional (MUNARIM, 2008a, p. 60) e (MUNARIM, 2008b, p. 3). Afirmam Leineker e Abreu que,

[...] o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra liderou um movimento nacional **de luta** *Por uma Educação do Campo* cujo marco principal foi o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA) realizado em 1997, na Universidade de Brasília (UnB) (LEINEKER; ABREU, 2012, pp. 4 e 5 – grifo nosso).

Leineker e Abreu (2012, p. 4) constatarem ter existido um “movimento nacional **de luta** *Por uma Educação do Campo*”, e não um “*Movimento Nacional de Educação do Campo*”, pois as lutas no campo por terra e por Educação foram e continuam constantes desde o final da década de 1970.

Então, o que seria o “*movimento nacional de luta*”? Seria movimentação dos movimentos sociais povos do campo e das organizações sociais não-governamentais no apoio aos povos do campo para conquistar, naquela situação, políticas públicas educacionais para os povos do campo – a exemplo da educação do campo –, sem a pretensão de se criar um novo “*movimento*”? No contexto de lutas e pressões das décadas de 1980 e 1990, pode-se afirmar que sim.

As décadas de 1980 e 1990 foram ricas em lutas e pressões, e o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), compilou aquela movimentação ao estabelecer a “oferta de educação básica para a **população rural**” (BRASIL, 1996, art. 28 – grifo nosso). Foi uma Lei e artigo

conservador e liberal, mas está na Lei, cabendo a cobrança à garantia da oferta. A LDB com o artigo 28 abriu possibilidades para que educadoras e educadores do campo realizassem o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) em 1997, e no ano seguinte (1998), com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Universidade de Brasília (UnB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO), realizar a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999).

Destaca-se que para as diferentes ações realizadas antes e após 1997, ocorreram movimentações no campo coordenadas em sua maioria pelo MST, no entanto, não é possível afirmar como ações que tivesse resultado em um novo *movimento*, a exemplo de um “*Movimento de Educação do Campo*” ou “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” (MUNARIM, 2008a e 2008b). Também não é possível analisar que o Manifesto das educadoras e educadores da Reforma Agrária, elaborado e publicado no I ENERA tenha contribuído para que “Nesse contexto, o MST, sem dúvida, **pode ser considerado** o movimento social de importância vital para o início do Movimento de Educação do Campo” (MUNARIM, 2008a, p. 61 – grifo nosso) e (MUNARIM, 2008b, p. 5). O ENERA não nos indica ter ocorrido com a “importância vital para o início do Movimento de Educação do Campo”. Interessante que após registrar que “pode ser considerado”, o autor alerta que

Talvez, em vez de se falar em “Movimento de Educação do Campo”, mais próprio seria dizer da existência de movimentos e organizações sociais com solidez inédita em torno da questão do campo, que assumem a luta por uma educação própria aos povos do campo. Assim, em vez de um movimento em si, a Educação do Campo se constituiria num conteúdo, numa agenda comum de sujeitos diversos (MUNARIM, 2008a, p. 61).

Analisando o alerta de Munarim (2008a), concordo com ele de que ao “[...] em vez de se falar em ‘Movimento de Educação do Campo’, mais próprio seria dizer da existência de movimentos e organizações sociais [...]” (MUNARIM, 2008a, p. 61) de apoio e de Educação do Campo.

Mas, na página seguinte o autor se contrapõe e diz “[...] da existência de um “Movimento de Educação do Campo” (MUNARIM, 2008a, p. 62), registrando que o ENERA, entre “[...] outros momentos historicamente produzidos” foi “[...] o primeiro ‘momento’ do ‘Movimento Nacional de Educação do Campo’” (MUNARIM, 2008a, p. 62) e (MUNARIM, 2008b, p. 6). Por qual motivo Munarim criou a expectativa de um “Movimento Nacional de Educação do Campo”? Existiu ou não existiu?

Diante da incógnita, Benjamim e Caldart (2000) registram que,

Educação do campo e o controverso movimento nacional de educação do campo

No processo de humanização dos sem-terra, e da construção da identidade *sem terra*, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*. E do Movimento por ter o sem terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação. E é também do Movimento porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se trans-formando (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 30).

O que se constata e analisa? Do “movimento do Movimento” não significa novo “movimento”. Movimentações fazem parte dos movimentos. Movimentos se metamorfoseiam pelos embates, conflitos, lutas, marchas, ocupações, despejos, mortes, conquistas, recuos. O que não significa novo “Movimento”. Se assim fosse, o MST teria mudado de nome após centenas de assentamentos nesses mais de 40 anos.

Mas então, por qual motivo Munarim ora apresenta o indicativo da possível existência de um intitulado “*Movimento de Educação do Campo*” e ora cria um suspense, dúvida ou incerteza da existência?

Na metade da página 63 (MUNARIM, 2008a) diz que “os recursos mobilizados por essa ‘Articulação Nacional’ foram de **fundamental importância ao Movimento de Educação do Campo**”, indicando existir. Mas na penúltima linha da mesma página diz “Ao par de **evidenciar os primeiros passos de um Movimento [...]**” (MUNARIM 2008a, p. 63 – grifos nosso) e (MUNARIM, 2008b, p. 7), indicando a não existência. O jogo de linguagem e de palavras pode ter confundido a leitura e entendimento de pesquisadores ou estudantes de iniciação científica e grupos de pesquisas que não conhecem o MST e as movimentações no campo.

No início da página 64 afirma que o “Movimento” “se engendrava”. Mas em seguida, duas frases dão a entender já existir, a primeira ao afirmar que “Todo o pouco que o PNE propõe referente ao rural é, pois, rejeitado pelos **sujeitos que compõem o Movimento de Educação do Campo**” e a segunda quando afirma: “Aliás, **a despeito de o Movimento de Educação do Campo**, naquele contar com o apoio explícito da UNESCO” (MUNARIM, 2008a, p. 64 – grifos nosso) e (MUNARIM, 2008b, p. 7 a 9). Quando registrou “rejeitado pelos **sujeitos que compõem o Movimento de Educação do Campo**” estaria se referindo à Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo?

Volta a dar indicativo da existência do “Movimento de Educação do Campo” quando fala do “advento do Governo Lula” (MUNARIM, 2008a, p. 65) e (MUNARIM, 2008b, p. 9 e 10), ao afirmar sobre “A mudança, no âmbito Federal, de um Governo explicitamente **contrário aos pleitos do Movimento de Educação do Campo**”, registrando que se instala no “primeiro momento do Governo Lula, pelo menos potencialmente, as condições de mobilização dos recursos de governo à efetivação

de propostas **que a agenda do** Movimento de Educação do Campo já acumulava” e quando trata da “Marcha das Margaridas” e do “Grito da Terra Brasil”, ao registrar estarem “**à margem do** Movimento de Educação do campo” (MUNARIM, 2008a, p. 65 – grifos nosso) e (MUNARIM, 2008b, p. 10). Também indica a existência do intitulado “movimento” quando afirma: “**Convencida a compor o** Movimento Nacional de Educação do Campo, a CONTAG passa a compor a ‘Articulação Nacional’” (MUNARIM, 2008a, p. 66 – grifo nosso) e (MUNARIM, 2008b, p. 10). Foi a CONTAG enganada, visto que “convencida a compor o Movimento Nacional”, passou “a compor a ‘Articulação Nacional’”?

Entende-se ter misturado *movimento* com *Articulação* ao registrar a Articulação Nacional entre aspas, inclusive chamando-a de “essa ‘Articulação’” (MUNARIM, 2008a, p. 66) e (MUNARIM, 2008b, p. 10).

Na parte final das publicações, Munarim parece convencido que o *movimento* existe, quando registra que,

Desde a eleição à Presidência da República de outubro de 2002 até a realização dessa Conferência, **identifico a existência de** um “momento histórico” particular do Movimento de Educação do Campo, marcado justamente pelo advento do Governo Lula, que se constituiu “espaço” de fortalecimento desse Movimento Social (MUNARIM, 2008a, p. 66 – grifo nosso) e (MUNARIM, 2008b, p. 11).

Aponta a existência do intitulado “Movimento” por meio do subitem “O Movimento de Educação do Campo após a IIª Conferência”, registrando estar perdendo forças. Segue afirmando que “[...] na medida inversa do cumprimento de uma agenda, por parte do MEC, agenda esta determinada pela Articulação Nacional, o Movimento de Educação do Campo começa a dar sinais de arrefecimento” (MUNARIM, 2008a, p. 66) e (MUNARIM, 2008b, p. 11 e 12), e diz: “Quiçá, em vez de ‘arrefecimento’ ou ‘refluxo’ do Movimento de Educação do Campo, possa ser mais apropriado falar de mudança de qualidade do Movimento, com alteração de estratégias” (MUNARIM, 2008a, p. 67) e (MUNARIM, 2008b, p. 12), e que “o movimento de educação do campo ganhou capilaridade nacional efetiva durante dois anos de um processo de construção de propostas de políticas públicas, programas de governos etc” (MUNARIM, 2008a, p. 67) e (MUNARIM, 2008b, p. 12), e que “a Articulação Nacional se manteve ausente desse processo de conversação nacional” (MUNARIM, 2008a, p. 67) e (MUNARIM, 2008b, p. 12).

Munarim diz: “Equivale a dizer que a Articulação Nacional se desfizera” (MUNARIM, 2008a, p. 67) e (MUNARIM, 2008b, p. 12) e que “nunca se constituiu em força social orgânica” (MUNARIM, 2008a, p. 67) devido a “diferenças internas e disputas entre seus principais

Educação do campo e o controverso movimento nacional de educação do campo componentes” (MUNARIM, 2008a, p. 67), existindo enquanto “poderoso sujeito social no período compreendido entre o Seminário Nacional de 2002 e a IIª Conferência Nacional de Educação do Campo”, e após deixou de fazer “pressão organizada” (MUNARIM, 2008a, p. 67) junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) devido à nova configuração deste no que trata à Educação do Campo, dando indicativo que a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo sucumbiu aos poucos após a II Conferência Nacional de Educação do Campo, durante o governo Lula. A este respeito, novo estudo poderá aprofundar sobre a Articulação Nacional, visto não ser objeto deste estudo.

A respeito do divulgado *Movimento*, afirma Munarim:

Tentei até aqui demonstrar que o **Movimento Nacional de Educação do Campo**, iniciado em meados dos anos de 1990, e a despeito de **estar em possível refluxo**, constitui-se, antes de tudo, um movimento sócio-político protagonizado, por excelência, por entidades da sociedade civil, que usaram e usam como espaço de luta as ruas, quando o oponente é o Estado, bem como usaram e usam o próprio interior do Estado, onde, em conjunto com pessoas parceiras ubicadas nas instituições, elaboram propostas a serem executadas pelas instituições públicas (MUNARIM, 2008a, p. 67 e 68) e (MUNARIM, 2008b, p. 12 e 13 – grifos nosso).

O autor busca “demonstrar que o Movimento” e a Articulação Nacional estão “em possível refluxo”, sucumbindo por volta de 2008, quando publica os trabalhos, e doravante, sem uma leitura por trás das palavras, das linhas e da realidade, vários autores foram reproduzindo publicações que merecem releituras e considerações.

Diante do exposto, entende-se que se os pesquisadores tivessem se atentado à história e movimento dos movimentos, teriam detectado que o intitulado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” não existiu. Assim, é interessante adentrar ao que discutiram alguns autores posteriores a Munarim, entre 2009 e 2020.

Ao menos nove artigos e capítulos de livros foram produzidos entre 2009 e 2020 por Souza ou em parceria reportando de forma direta ou indireta ao intitulado “*movimento*”, mas nenhum questionando a existência do intitulado “*movimento*”, levando ao ditado de que: “*água mole em pedra dura, tanto bate até que fura*”. Ou seja, mesmo que um “*movimento*” não tenha existido, de tanto se falar que existiu, reproduz-se a existência no imaginário e na escrita.

Em 2012, um novo texto de Munarim em parceria com Locks reporta-se ao divulgado “*Movimento Nacional*”, onde adiantam no resumo que “A expressão educação do campo, recente no Brasil, tem uma conotação político-pedagógica engendrada no Movimento Nacional de Educação do Campo para se distinguir do conceito educação rural, prevalecente na educação brasileira” (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 83). Os autores afirmam nesse artigo que “Para além do direito à

universalização da educação formal em todas as etapas, o Movimento Nacional da Educação do Campo procura reconhecer e fortalecer o processo de resistência e emancipação dos povos do campo” (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 86) e que

A última conquista do Movimento Nacional de Educação do Campo no escopo das políticas públicas brasileiras materializou-se no Decreto Presidencial nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, no qual são retomados os princípios da educação do campo e os compromissos dos entes federados (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 86).

Os autores afirmam no plano teórico a existência do intitulado “movimento”, inclusive de “A última conquista do Movimento Nacional de Educação do Campo no escopo das políticas públicas brasileiras materializou-se no Decreto Presidencial nº 7.352, de 4 de novembro de 2010” (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 86).

Na página 87 do mesmo texto, os autores se contradizem a respeito do “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” quando registram que “[...] não é possível identificar provas reais e contundentes a respeito da existência, a não ser ‘perceber a existência de uma trama’”:

[...] nossos estudos nos levam a perceber a existência de uma trama de óbices à concretização das conquistas formais do Movimento Nacional de Educação do Campo, que extrapolam as evidências explícitas e as razões mais aparentes e, conforme concluídos, de difícil superação (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 87).

Envolvidos na “trama”, pesquisadores podem ter sido induzidos a produzir artigos, capítulos, monografias, dissertações e teses. Nessa direção, algumas produções apenas comentaram sobre o “*movimento*” apontado por Munarim, mas outras se sustentaram na “trama” e reproduziram as teorias tramatzadas no ano de 2008 sobre a existência do “*movimento*”.

Entre os que referenciam Munarim (2008a e b) reproduzindo a afirmação da existência do intitulado “*movimento nacional*” estão Marcoccia e Polon (2014), Locks; Graupe e Pereira (2015), Marcoccia; Fontana; Souza e Pianovski (2012), Rocha (2013), Kuhn (2015), Breitenbach (2011), Silva (2019, 2020), Vieira e Camacho (2020), Marlière (2018).

Marcoccia e Polon (2014) adiantam no resumo e início do texto que,

A partir dos dados obtidos em trabalho de campo foi possível verificar que há algumas aproximações entre as escolas públicas localizadas no campo e o Movimento Nacional da Educação do Campo, os quais convivem com as mesmas relações sociais, culturais, econômicas do campo brasileiro e suas contradições, a exemplo do agronegócio (MARCOCCIA; POLON, 2014, p. 1 e 2).

A pergunta é: quais são os “dados obtidos em trabalho de campo”? Que “campo”? Qual “campo”? Além das produções científicas publicadas, que outros documentos do MST, da Articulação e Fórum Nacional foram acessados, pesquisados e analisados que sustentem os “dados

obtidos em trabalho de campo”? O que os “dados” afirmam em relação à existência do apontado “*movimento*”? Quais as evidências dos “dados”?

Marcoccia e Polon (2014) afirmam no resumo e parte introdutória que,

O Movimento Nacional da Educação do Campo tem conquistado espaço no cenário sociopolítico nacional por meio de movimentos sociais e outras instituições ligadas a estes movimentos, os quais vêm desencadeando estratégias de mobilização e lutas pela efetivação do direito à educação. Esse movimento tem feito diversas denúncias em relação ao fechamento das escolas públicas localizadas no campo, à precariedade do transporte escolar e da infraestrutura das escolas, bem como a frágil formação de professores e de recursos materiais e pedagógicos (MARCOCCIA; POLON, 2014, p. 2).

Não foi possível confirmar bibliograficamente a afirmação de Marcoccia e Polon de que “Esse movimento tem feito diversas denúncias em relação ao fechamento das escolas públicas localizadas no campo”, nem mesmo por meio dos textos de Munarim (2008a e b) ou por meio de documentos da Articulação Nacional, Fórum Nacional ou MST.

Marcoccia; Fontana; Souza e Pianovski (2012) afirmam que “Na educação, esses processos de luta e enfrentamentos emergem a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo, a exemplo do que discute Munarim (2008)” (MARCOCCIA; FONTANA; SOUZA; PIANOVSKI, 2012, p. 2), reproduzindo os escritos das publicações de Munarim (2008a ou 2008b).

No mesmo alinhamento encontram-se Locks; Graupe e Pereira (2015, p. 134) que descrevem “que a partir de meados de 1990, uma política educacional contra-hegemônica é construída por um conjunto de atores coletivos, constituindo o Movimento Nacional de Educação do Campo, denominado de Educação do Campo”. Sustentam a matéria com base na publicação de Munarim (2011), e não em documentos oficiais que tratam da Educação do Campo, a exemplo dos volumes da coleção “Por uma Educação Básica do Campo” e dos textos bases das conferências.

Em dissertação de mestrado Marlière (2018, p. 26) reproduz Munarim (2008a e b) ao falar que o “I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária – ENERA, ocorrido em 1997” foi “data de batismo do que tem sido chamado de Movimento Nacional da Educação do Campo”. Sem base consubstancial, a não ser as publicações de Munarim, afirmou que “No âmbito dessas contradições outros movimentos emergiram e se organizaram em oposição à lógica capitalista de produção no Brasil, a exemplo do Movimento Nacional da Educação do Campo” (MARLIÉRI, 2018, p. 104).

Não foi diferente com Kuhn (2015), quando em sua tese de doutorado reportou-se ao controverso “Movimento Nacional” sem analisar se de fato existiu. Escreveu a autora:

É possível afirmar que um dos processos mais fundamentais para inserção da Educação do Campo no Estado brasileiro tem a ver com a construção do que ficou

conhecido como o Movimento Nacional da Educação do Campo. Este Movimento busca articular movimentos sociais, organizações e grupos ligados ao campo e instituições públicas visando dar visibilidade para a questão da educação nos espaços rurais (KUHN, 2015, p. 45).

Na metade da tese a autora pareceu confusa sobre o que anteriormente havia afirmado e registrou ser “um Movimento ainda difícil de entender teoricamente”.

O que está se chamando, neste momento, de Movimento Nacional por uma Educação do Campo é, na verdade, o fruto de uma trajetória de organização de grupos, movimentos e entidades em torno da defesa da Educação do Campo. É um Movimento ainda difícil de entender teoricamente, pela organização e instituição ainda recente (KUHN, 2015, p. 126).

Breitenbach (2011), sem se ater às nuances das escritas de Munarim (2008a e b) afirma o “Movimento” como resultado das movimentações sociais. Registrou a autora: “Essa luta por uma educação do e no campo e não apenas para o campo nascida dos e nos movimentos sociais do campo tomou contorno nacional e gerou o que Munarim (2008) nomeou de Movimento Nacional de Educação do Campo”, o que não condiz com a realidade.

Outros autores, incertos da existência do controverso “*Movimento Nacional*”, citaram e não defenderam ou reproduziram o controverso “movimento nacional” ou Munarim, a exemplo de Souza (2009, 2009a, 2015, 2020), Beltrame e Souza (2009), Sousa e Souza (2013), Menezes (2013), França (2016), Mendes (2017), Oliveira (2019), Bezerra e Silva (2018).

Souza (2009), ao falar de um movimento nacional, trata-o no sentido de movimentação nacional:

Será um movimento nacional da Educação do Campo, ao final do século XX, que retomará a indagação ao paradigma do capitalismo agrário e ao modelo de educação nele presente. Os próprios povos do campo organizados pensam a educação que querem e reivindicam políticas públicas de fato públicas, oriundas da participação dos interessados, os trabalhadores (SOUZA, 2009, p. 2).

Em outra publicação do mesmo ano, Souza (2009a, p. 41) deixa claro que “A Educação do Campo é aqui entendida como resultado de um movimento nacional”. Acrescenta que “Nesse movimento nacional, é importante agregar instituições como as universidades federais e estaduais que, por meio da participação e do interesse de pesquisadores nos movimentos sociais de trabalhadores e na educação popular, têm colaborado na execução de projetos e de parcerias [...]”.

Na mesma linha de não afirmação de um “Movimento Nacional” encontra-se Bezerra e Silva (2018). Registram um “movimento” no sentido de movimentação, inclusive com letras minúsculas: “o movimento por uma Educação do Campo só começou a ser pautado na agenda política do país com a realização, em 1997, do Enera”, evidenciando que “O movimento ‘Por uma Educação Básica

Educação do campo e o controverso movimento nacional de educação do campo do Campo’ surgiu no final da década de 1990 e foi constituído por movimentos sociais e sindicais do campo e por pesquisadores das universidades” (BEZERRA; SILVA, 2018, p. 468).

Sanches (2016), quando na tese de doutorado trata do “Movimento Nacional de Educação do Campo”, analisa observando-o como movimentação nacional, mobilização em prol das políticas públicas de Educação do Campo e não como um “Movimento Nacional” cacique, sem os demais atores sociais. Para melhor não o destacar como “Movimento Nacional”, poderia tê-lo escrito com letras minúsculas.

A luta em prol de políticas públicas de Educação do Campo no Brasil, tem sido mais forte, a partir do início do século XXI, quando o campesinato inicia o Movimento Nacional de Educação do Campo, protagonizado, pelas organizações e movimentos sociais do campo, que lutam por soberania educacional e pelo direito à terra. O que se constata, é uma reivindicação em prol de uma educação voltada para a população do campo, contrapondo-se à educação urbana. Lutam pelo direito a um projeto educacional adequado de seu cotidiano vivencial, que valorizem suas atividades políticas, econômicas e sociais, constituente de sujeitos efetivos e cultura específica, constituída à revelia dos governantes (SANCHES, 2016, p. 67).

O que se constatou nesse estudo é de não indícios da existência de um “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” e enquanto essa denominação só passou a ser divulgada devido às publicações tramatizadas por Munarim (2008a e b), resultando em publicações reproduzindo Munarim e o controverso “*movimento nacional*”.

Assim, entende-se que o intitulado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*”, não existiu. Existiu um conjunto de movimentos sociais do campo se movimentando, realizando encontros, conferências, congressos, seminários entre outros, em busca de uma Educação do e no Campo, crítica, participativa, questionadora, libertadora, problematizadora onde,

[...] o educador problematizador re-faz constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscibilidade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico [...] (FREIRE, 1981, p. 80).

Essa Educação problematizadora foi e é a Educação do Campo, com viés oposto à educação rural, liberal, manipuladora, reprodutora de conhecimentos, urbana e bancária, pois como diz Freire (1981), esta educação,

[...] é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição.

Daí, então, que nela:

- a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados;

- d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente;
- e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição;
- g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
- h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele;
- i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos (FREIRE, 1981, 67-68).

Que os movimentos sociais do campo continuem se movimentando e crescendo, provocando políticas públicas que transformem o campo, lutando contra o agronegócio, em defesa de alimentos sem veneno, por estradas rurais em excelentes condições de escoar a produção dos assentamentos e pequenas propriedades, pela agroecologia e defesa do meio ambiente, pelo não fechamento de escolas do campo e reabertura de escolas no campo, por educação de qualidade, por educação do e no campo.

Considerações finais

O estudo teve a intenção de compreender a existência do intitulado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” ou “*Movimento de Educação do Campo*”, mas não se concretizou a constatação sobre a existência.

O que se constatou foi a existência de um conjunto de movimentos sociais do campo que lutaram por uma Educação do e no Campo, crítica, participativa, questionadora, conscientizadora e transformadora.

Para que o objetivo fosse atingido foram selecionadas mais de 40 produções científicas, no entanto, realizou-se um recorte sobre aproximadamente 20 delas, analisando se o controverso “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” de fato existiu.

Para o feito, buscou-se compreender a Educação do Campo e sua terminologia, evidenciando ser fruto do conhecimento acumulado das educadoras e educadores da Reforma Agrária. O estudo foi qualitativo e de caráter bibliográfico, ancorando-se na literatura existente e publicizada nos meios online.

Vale destacar que as práticas pedagógicas que acompanharam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde sua gênese, em 1979, foram essenciais para que no final da década de 1990 um conjunto de entidades, movimentos sociais do campo, universidades e organismos das

Organizações das Nações Unidas (ONU) somassem esforços com o MST na luta por uma Educação do Campo no campo, onde as crianças, jovens e adultos residem, e que foram representados por dois momentos históricos: o I ENERA (1997) e a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (1998).

As pressões desencadeadas pelos movimentos sociais do campo sobre o Estado brasileiro, Conselho Nacional de Educação e governos estaduais e federal, foram aos poucos, no decorrer do século XXI, questionando o modelo de educação rural dominante, bancário, reprodutor de conteúdos e manipulador do conhecimento. Os movimentos sociais lutaram e lutam por uma Educação do Campo onde o aprender se enraíza da terra, das lutas, das dificuldades de se transitar pelas estradas rurais e pelo transporte escolar rural que se estabeleceu sem ouvir as comunidades camponesas, da produção e comercialização, do viver com dignidade no campo e das relações sociais que são aniquiladas por esse modelo capitalista neoliberal perverso e selvagem.

Por fim, o estudo evidencia que todo pesquisador – da iniciação científica à pós-graduação – precisa estar atento ao produto investigado – artigo, livro, capítulo de livro, TCC, monografia, dissertação ou tese. Ater-se possibilita olhares críticos e analíticos sobre o que se investiga, resultando em produção confiável.

Tratando-se da Educação do Campo, em que o pesquisador, ultrapassando o campo das referências bibliográficas, compatibilizando o estudo teórico com a realidade social e política da escola do e no campo, em assentamento, pequeno vilarejo, comunidade indígena, quilombola, floresta, seringueiro ou ilha, o resultado da pesquisa assume teor para além do mundo das ideias e teorias.

Referências

BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais e educação: percurso, identidade e perspectivas**. ANPED. 2009. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/artigobeltramesouza2009teanped.doc>. Acesso em: 08 jun. 2022.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salette. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n° 3.

BEZERRA, Delma Rosa dos Santos; SILVA, Ana Paula Soares da. Educação do Campo: apropriação pelas professoras de uma escola de assentamento. **Psicologia Escolar e Educacional**,

SP. Volume 22, Número 3, Setembro/Dezembro de 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pee/a/JR8FF86jYgCcny3RJJzLYfb/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 maio 2022.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. **Revista Espaço Acadêmico** – nº 121 – Junho de 2011. Disponível em <https://periodicos.uem.br>. Acesso em: 08 jun. 2022.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação do campo. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos – Educação do Campo**. Curitiba: SEED-PR, 2005.

CALDART, Roseli Salete. Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual. FRIGOTTO. Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 317-363.

FLOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRANÇA, Damiana de Matos Costa. **Políticas públicas de educação para a população do campo: uma análise do Pronacampo a partir da abordagem cognitiva**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2016. Tese. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147790/001000578.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UnB, 1999 – Volume 1.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araujo. **Análise da política de educação do campo no Brasil: Meandros do PRONERA e do PRONACAMPO**. Universidade Federal da Bahia. Instituto Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia. Salvador, 2015. Tese. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19249/1/ednizia_tese_pol%C3%ADtica%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo_ufba.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

LEINEKER, Mariulce da Silva Lima; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. **A educação do campo: O processo de construção no Estado do Paraná**. Sifedoc, 2012. Disponível em:
<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2006/Mariulce%20da%20S.%20L.%20Leineker%20e%20Claudia%20B.%20de%20Moura%20Abreu.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

LOCKS, Geraldo Augusto; GRAUPE, Mareli Eliane; PEREIRA, Jisilaine Antunes. Educação do campo e direitos humanos: uma conquista, muitos desafios. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 131-154, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236118496.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula; FONTANA, Maria Iolanda; SOUZA, Maria Antônia de; PIANOVSKI, Regina Bonat. **Políticas públicas da educação do campo:** desafios à formação continuada de professores. ANPAE – Encontro Iberoamericano. Disponível em: https://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/PatriciaCorreiaePaulaMarcoccia_res_int_GT1.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula; POLON, Sandra Aparecida Machado. Escolas públicas localizadas no campo e o movimento nacional da educação do campo: quais aproximações? **X ANPED Sul**. Florianópolis. Outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/275-0.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

MARLIÉRE, Ramon Guido Thomaz. **Educação do campo na Universidade Federal de Viçosa:** A constituição da licenciatura em educação do campo. Viçosa: 2018. Dissertação. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/24522/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MENDES, Marciane Maria. **Especificidades da educação e da escola do campo:** Documentos oficiais e produção bibliográfica em análise (1996-2016). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2017. Tese. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/signa/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=17267&idprograma=40001016001P0&anobase=2017&idtc=1325>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MENEZES, Rachel Reis. **As escolas comunitárias rurais no município de Jaguaré:** Um estudo sobre a expansão da pedagogia da alternância no Estado do Espírito Santo/BRASIL. Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação. Vitória, 2013. Tese. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6051/1/Rachel%20Reis%20Menezes.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Construindo o caminho**. São Paulo: Salesianas, 1986.

MUNARIM, Antonio. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. Trabalho apresentado no GT 3: Movimentos sociais e educação, **31ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG, 19 a 22 de outubro de 2008b. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/gt03-4244--int.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

MUNARIM, Antonio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. Revista **Educação**. Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 57-72, jan./abr. 2008a. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/19/pdf_1. Acesso em: 24 maio 2022.

MUNARIM, Antonio; LOCKS, Geraldo Augusto. Educação do Campo: contexto e desafios desta política pública. **Olhar de professor**. Ponta Grossa, 15(1): 77-89, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/issue/view/330>. Acesso em: 31 maio 2022.

NERY, Israel José. Apresentação. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 2.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Rev. NERA**. Presidente Prudente. V. 22, N. 46, pp. 79-105, Jan-Abr/2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5578/4681>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ROCHA, Eliene Novaes. **Das práticas educativas às Políticas Públicas: tramas e artimanhas pela Educação do Campo**. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação (FE). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Área: Educação e Ecologia Humana. Linha de pesquisa: Educação do Campo. 2013 – Tese. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14084/1/2013_ElieneNovaesRocha.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

SANCHES, Denise Godoi Ribeiro. Educação ambiental na escola do campo: processos, procedimentos e práxis pedagógicas no contexto escolar. Maringá, UEM, 2016. Tese (doutorado). Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/4530/1/000224221.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SANTOS, Arlete Ramos dos; SOUZA, Maria Antônia de. Formação inicial e continuada de educadores do campo: o que os dados revelam? **Educere** – XII Congresso Nacional de Educação. PUC-PR, de 26 a 29/10/2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/32101526-Formacao-inicial-e-continuada-de-educadores-do-campo-o-que-os-dados-revelam.html>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SILVA, André Luiz Batista da. A educação do campo no contexto da luta do movimento social - uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo. **Revista Brasileira de História da Educação**. V. 20, N. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/48413>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SILVA, André Luiz Batista da. O movimento nacional da educação do campo como movimento social. **SBS: UFSC**, 2019. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=vqRFQSEAAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SOUZA, Silvana; SOUZA, Maria Antônia de. Construindo práticas pedagógicas para o fortalecimento da identidade da escola do campo. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Caderno PDE – Volume I. 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_ue_pg_ped_artigo_silvana_alves_de_sousa.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

SOUZA, Maria Antônia de. **A construção da educação do campo no Brasil e as modificações necessárias ao ambiente universitário.** XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-062/1977>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SOUZA, Maria Antônia de. A Relação entre Educação e Movimentos Sociais a partir da Via Campesina. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional.** Curitiba: V. 10, N. 26, p.139-153 set./dez. 2015. Disponível em: https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq_26/art_6.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

SOUZA, Maria Antônia de. O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 39-56, jan./jun. 2009a. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71512097003.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

SOUZA, Maria Antônia de. Pesquisa educacional sobre MST e educação do campo no Brasil. **Educação em Revista.** Belo Horizonte. 2020. V. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/363HrbqmcT5KzQqJBGTBGtb/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2022.

VIEIRA, Jaqueline Machado; CAMACHO, Rodrigo Simão. A Educação do Campo na interface com a Educação Especial em nível básico e superior no município de Dourados – MS. **Revista RBEC.** Tocantinópolis/Brasil. V. 5, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/download/9075/17057/>. Acesso em: 08 jun. 2020.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 08/09/2022
Aprovado em: 20/03/2023